

Gestora de Cuidados de Saúde Privados, L.ª, para Algés, Miraflores, na Alameda Fernão Lopes, 16.

Aquando do recurso a esta entidade, deverão os beneficiários ser elucidados por esta sobre os encargos a suportar, os quais, no entanto, não são susceptíveis de posterior comparticipação por parte da ADSE.

1 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Despacho (extracto) n.º 12 865/2007

Por meu despacho de 20 de Abril de 2007 e por despacho do director-geral do Património de 10 de Abril de 2007, foi Susana Fernandes Simões Joaquim, assistente administrativa do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE).

1 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Despacho (extracto) n.º 12 866/2007

Por meu despacho de 16 de Janeiro de 2007 e por despacho do vogal do conselho de administração da ARSLVT de 20 de Janeiro de 2007, foi Anabela Mendes dos Santos Coelho, assistente administrativa do quadro de pessoal do IPOLFG, E. P. E., transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

1 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Despacho (extracto) n.º 12 867/2007

Por despacho de 20 de Março de 2007 do director-geral do Tesouro, no uso de competência própria, foi o licenciado Davide António Nunes Cintrão, titular do lugar de especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, nomeado definitivamente em lugar de especialista de informática do grau 2, nível 1, do mesmo quadro, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Despacho (extracto) n.º 12 868/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Direcção-Geral do Tesouro reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Da organização da respectiva lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, conforme o n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

30 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Despacho (extracto) n.º 12 869/2007

Por despacho de 13 de Abril de 2007 do director-geral do Tesouro e Finanças, no uso de competência própria, foi o licenciado Carlos António Lopes Pereira, titular do lugar de técnico superior do Tesouro do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeado definitivamente em lugar de técnico superior do Tesouro principal do mesmo quadro, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Despacho (extracto) n.º 12 870/2007

Por despacho de 26 de Abril de 2007 do director-geral do Tesouro e Finanças, no uso de competência própria, foi o licenciado Alvaro Manuel Ferreira de Carvalho, titular do lugar de especialista de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeado definitivamente em lugar de especialista de informática do grau 3, nível 1, do mesmo quadro, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do n.º 1 do artigo 8.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 419/99, de 21 de Outubro, com efeitos a partir de 22 de Novembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Inspecção-Geral de Finanças

Aviso (extracto) n.º 11 323/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, faz-se pública a lista do pessoal da extinta Inspecção-Geral da Administração Pública colocado em situação de mobilidade especial, aprovada por despacho de 28 de Maio de 2007 do inspector-geral de Finanças:

Lista nominativa do pessoal do quadro da ex-Inspecção-Geral da Administração Pública em situação de mobilidade especial a partir de 1 de Junho de 2007, elaborada nos termos do n.º 11 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro

Nomes	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalaão	Índice
Fernanda Lança da Costa Cascaes Guiné.	Técnico superior	Assessor	Nomeação definitiva	2.º	660
Maria Manuela de Sousa Marques Esteves de Barros.	Técnico profissional	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva	3.º	337
Maria de Fátima Pimparel Alves Nuno.	Assistente administrativo.	Assistente administrativo especialista.	Nomeação definitiva	5.º	337
Ana Margarida Pouseiro da Silva Carvalho.	Assistente administrativo.	Assistente administrativo principal	(a)	1.º	222
Didier da Encarnação Vilanova . . .	Auxiliar	Motorista de ligeiros	Nomeação definitiva	8.º	248

(a) Na situação de licença de longa duração desde 2 de Setembro de 2004, sendo-lhe aplicável o n.º 10 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

28 de Maio de 2007. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Instituto Nacional de Administração

Despacho n.º 12 871/2007

Por meu despacho de 25 de Maio de 2007, Alexandrina Maria Albertina Ferreira Freitas da Silva, técnica profissional especialista do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., foi nomeada, após concurso, técnica profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional do mesmo quadro.

28 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directo, em exercício, *Rui Afonso Lucas*.

Serviços Sociais da Administração Pública

Despacho n.º 12 872/2007

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública, e do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma que criou os Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 49/2007, de 27 de Abril, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, consubstanciada no modelo de estrutura hierarquizada.